Revista de Ciências Humanas e Sociais | ISSN: 2447-0244
v. 5, n. 2, jul-dez, 2019.
Missões

POLÍTICAS EDUCACIONAIS EMERGENTES: Contextualização da escravidão às ações do PET História da África da Unipampa nos anos de 2017 e 2018

EMERGING EDUCATION POLICIES: The Slavery context to the actions of the group PET História da Àfrica by Unipampa in 2017 and 2018

Recebido em 10/03/2019
Aceito em 14/08/2019

Edemar Rivieira de Almeida Filho[1]
Muriel Pinto[2]
Aryça de Lima Santos[3]

Resumo: O presente artigo visa apresentar um panorama sobre o Programa de Educação Tutorial (PET) – História da África que está em andamento na Universidade Federal do Pampa desde 2010. Nesse sentido, o texto traz uma reflexão sobre a escravidão no Brasil, sobre as políticas educacionais emergentes, e por final uma discussão sobre a política pública que é o PET - História da África. Durante o texto observa-se quais as ações que já foram realizadas nos anos de 2017 e 2018, tendo em vista que é um Programa de ensino, pesquisa e extensão, que objetiva consolidar-se como uma política Educacional voltada para a aplicabilidade das políticas étnico-raciais.

Palavras-chave: História da África; Políticas Educacionais; Políticas étnico-raciais.

Abstract: This article aims to presente a panorama about the Programa de Educação (PET) – História da África which is in progress on Universidade Federal do Pampa since 2010. The text brings a reflection about brazillian slavery, emerging education policies, and finally, a debate about the public policy which PET – História da África is. During the text its possible to observe which actions that was already made in the years of 2017 and 2018, considering that it is a teaching program, search and extension, which aims to stand as na educational policy target to ethinic-racial policies.

Keyword: African history, education policies, ethinic-racial policies.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo justificar o PET – História da África na Unipampa – São Borja através de uma contextualização histórica do que foi a escravidão no Brasil quando ainda era colônia e império justificando-a como a causa das desigualdades raciais que derivam nas desigualdades sociais atualmente no Brasil. Para isso, dividimos o

[1] Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET História da África. E-mail: edemarfilho2015@gmail.com
[2] Doutor em Geografia. Professor do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja. E-mail: murielpinto@unipampa.edu.br
[3] Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET História da África. E-mail:

artigo em três partes: *Escravidão no Brasil; Políticas Públicas Educacionais e PET – História da África da Unipampa: ações formativas, pesquisa e extensão*.

Na primeira parte foi abordado a contextualização da escravidão no Brasil baseado nas obras: **História Geral do Brasil** de Maria Yedda de Linhares organizadora) e colaboradores, **A Elite do Atraso: da escravidão à lava jato** de Jessé de Souza e **A História da Escravidão** de Pétré Grenouilleau. Com isso, buscamos analisar e identificar o que é escravidão, o porquê após abolição os negros não foram inseridos na sociedade e como ocorreu a marginalização destes, fazendo com que as desigualdades sociais caminhassem até os dias atuais.

Na segunda parte do artigo discutimos a lei que fundamenta a criação do PET-História da África, a lei 10.639/ 03, que dispõe do ensino da história e cultura da África e dos afrodescendentes no Brasil na rede básica de ensino, surgindo como uma política pública para amenizar os impactos do racismo, visto como um problema público na sociedade brasileira.

Finalmente a terceira parte discorre sobre ações que o PET- História da África realiza em prol do aumento do conhecimento tanto da academia quanto da sociedade a que ela pertence, trabalhando na integralização com a comunidade e na produção científica com a temática da história do negro no Brasil, contemplando sua finalidade de pesquisa, ensino e extensão.

ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A luz de Maria Yedda de Linhares e seus colaboradores na Obra **História Geral do Brasil** podemos contextualizar a história do Brasil da seguinte maneira. Após a chegada dos portugueses ao Brasil no século XV eles fizeram o território "descoberto" como colônia de Portugal, extraindo as riquezas naturais do mesmo e enviando a Europa. Nesse sentido, tentou-se por parte dos portugueses escravizar os índios, o que não deu certo, tendo em vista que os índios não entendiam a lógica acumulativa européia, assim negando-se a trabalhar para os colonizadores, o que acarretou em genocídios sobre tribos que foram extintas, e também no rótulo de que índios não têm apreço ao trabalho.

No entanto, os europeus, sobretudo os portugueses tinham necessidade infinitas sobre produtos finitos produzidos na colônia, sendo assim, adotou-se a mão de obra escrava sobre

os africanos que eram trazidos através de navios negreiros. Estes africanos que eram escravizados por povos soberanos da África para serem vendidos para os europeus, e por seguinte trazidos a colônia Portuguesa.

De meados do século XV ao XIX os escravos africanos eram forçados a trabalhar em minas em busca de pedras preciosas, além da produção de açúcar e café. A população escrava era muito superior que o resto da população na colônia, isso é explicado pelo fato de que o intuito do Brasil (colônia) no período do século XV até meados do século XVIII era somente a produção de produtos que não podiam ser produzidos em Portugal para exportação do mesmo. Entretanto o cenário muda no momento em que Napoleão decide invadir Portugal, fazendo com que a corte portuguesa se instalasse no Brasil.

Tendo em vista que Portugal já tinha um vinculo comercial com a Inglaterra, a temida invasão de Napoleão a Portugal se concretiza, os ingleses fazem a escolta da corte portuguesa até o Brasil, em troca dessa proteção a Inglaterra exige que Portugal acabe com o tráfico negreiro, o que Portugal cumpre em partes, pois oficialmente era proibido o tráfico negreiro em alto mar, porém, informalmente continuava na mesma intensidade. Uma das consequências dessa exigência da Inglaterra é o tráfico interestadual que começa acontecer com mais intensidade no Brasil, ou seja, os escravos que já estavam em solo brasileiro eram comercializados para as regiões que mais se precisava de mão de obra escrava.

O fim da escravidão no Brasil ocorre somente no ano de 1888, quando o Brasil ainda era império, apesar da escravidão ter acabado, a maioria dos escravos continuou com seus ex donos, tendo em vista que não tinham para onde ir, e muito menos como se sustentar. Podemos dizer que começa o racismo institucionalizado no Brasil, no sentido de que apesar de abolidos pelo Estado, o mesmo não tratou de incluir os escravos na sociedade o que ocasionou que os mesmos fossem marginalizados por anos.

A falta do direito ao voto, o difícil acesso a emprego – nesse período a maioria dos trabalhadores assalariados eram brancos ou europeus – a dificultação do Estado para a compra de terras para o plantio, são apenas algumas de muitas coisas que os negros após serem abolidos sofreram pela sua cor.

O Brasil foi o país que mais escravizou negros no mundo e o último que aboliu a escravidão no Ocidente, ou seja, foi um dos países que mais movimentou o tráfico negreiro no mundo do século XV ao XIX, o que reflete nos dias atuais em racismo, desigualdade social,

marginalização. Os índios também foram marginalizados neste período, as tribos que não foram exterminadas pelos portugueses, foram escravizadas ou deixadas de lado pela sociedade e pelo Estado, ou seja, estando a margem da sociedade civil.

Jessé Souza (2017) divide a escravidão brasileira em dois momentos: antes de 1808 e pós 1808, ano da chegada da corte portuguesa ao Brasil. Em ambos os períodos a sociedade brasileira foi caracterizada por ser escravocrata. O que diferencia de outros casos possíveis é a soberania do chefe de família, dono de escravos e de terras no primeiro período: ou o patriarcalismo.

Entender as características desse patriarcalismo é importante para compreender, nas palavras de Jessé, a escravidão *peculiar* que se deu no Brasil. A principal característica do patriarcalismo vigente no Brasil pré 1808 era o sadismo baseado na família poligâmica, o soberano patriarcal exercia o sadismo a todos os integrantes de sua família, e também sobre as índias e escravas, onde tinha como justificativa, para Freyre, o aumento da população. Visto que Portugal era um país pequeno colonizando um país com território continental, a justificativa dessa relação sexual acontecer é o que torna a escravidão brasileira peculiar, contudo isso não quer dizer que existia uma igualdade racial na época. Corrobora com esse argumento o fato da segregação dos capitais (econômico, cultural e social) (SOUZA, 2017). Portanto, podemos dizer que no século XVI, começou o estranhamento ao outro no Brasil, e esse outro era negro com fenótipos africanos.

A sociedade brasileira patriarcal era baseada na família e na confiança familiar, onde são designadas tarefas de confiança aos familiares, mesmo que estes sejam agregados, o que justifica mestiços procurando escravos fugitivos. Mestiços que foram gerados em relações de sadomasoquismo e eventualmente apadrinhados pelos seus pais (SOUZA, 2017). Pode-se perceber aqui uma ascensão dos mestiços na sociedade, no entanto, é uma situação ambígua, tendo em vista que o mesmo deveria identificar-se com os valores do opressor (SOUZA, 2017).

> O que Gilberto Freyre reconstrói em Sobrados e Mucambos é o início do Brasil moderno, ou seja, o Brasil a partir de 1808, que passa a ser o centro do império português e que se abre comercialmente à Europa. Sobrados e Mucambos reflete o embate entre a lógica sadomasoquista do mandonismo escravocrata com a entrada, ainda que incipiente, das duas instituições mais importantes das sociedades modernas: o mercado capitalista competitivo e o Estado burocrático centralizado (SOUZA, p. 57).

E ainda:

> Por mais incipiente que tenha sido a influência de instituições como o capitalismo comercial e o Estado centralizado, ainda assim, eles criam uma lógica social nova, que tem muito a ver com a que vivemos ainda hoje. Toda a questão do familismo se complexifica enormemente em Sobrados e Mucambos, ou seja, na passagem do patriarcalismo rural para o urbano. A decadência do patriarcado rural brasileiro está ligada diretamente à ascendência da cultura citadina no Brasil (SOUZA, p. 57).

Juntamente com a Corte portuguesa, veio as mudanças políticas, econômicas e ideológicas, onde passa haver uma oposição entre os valores burgueses e antieuropeus. A causa disso é a inserção do sistema capitalista no Brasil e a consequente urbanização que altera a pirâmide social brasileira, tirando os senhores de escravos de terra do topo e sua soberania (SOUZA, 2017). Esse espírito burguês europeu, individualista de causa exógena, para Jessé é a base do culturalismo racista brasileiro.

Diante do contexto em que a escravidão predominou é necessário que aprofundemos o que ela foi. A escravidão por um tempo foi dada como algo natural e universal, presente em quase todas as sociedades desde a pré-história, utilizando-se de mão de obra, pessoas subordinadas a outras. Geralmente estes eram adquiridas como pagamento de dívidas, fracasso em guerras e que inicialmente, não havia distinção de cor (OLIVIER PÉTRÉ,2009).

É importante ressaltar que a escravidão não é natural e não pode ser justificada como uma maneira de manter a ordem social. Ela é um conjunto de diversos fatores, diz respeito à hierarquização, à sociedade e às condições em que os senhores e escravos viviam. Portanto a escravidão deriva de condições prévias, podendo ser econômicas, políticas, culturais e sociais (OLIVIER PÉTRÉ, 2009).

Para um indivíduo se tornar escravo é necessário se enquadrar em alguns parâmetros: o de propriedade (no qual o indivíduo não pertence a si mesmo, sendo propriedade de outro, adquirido por meio de compra), de estranheza (no qual o indivíduo passa um processo de exclusão da sociedade em que vive e sofre discriminação do corpo social tornando-o em estranho) e de desumanização (redução do indivíduo a coisa ou animal) (OLIVIER PÉTRÉ, 2009).

Depois da chegada dos navios negreiros na costa brasileira e da distribuição dos escravos por volta do séc. XVI, é valido analisar o que este representava na sociedade

brasileira. Depois de vendidos, estes se tornavam propriedades, um ser desapropriado de si, de todas as experiências e conhecimentos adquiridos em sua terra, tratados como coisas, tornando-se dependente de seu senhor. Essa ideia de propriedade tirou a voz do negro, onde este não podiam reivindicar legalmente direitos ou melhores formas de tratamento, interditando então ao escravo qualquer personalidade jurídica e pública (Kátia Mattoso,2003). Essa visão se permaneceu até o fim da escravidão e depois dela, a visão de inferioridade e de que o negro não seria apto para funções que não seja o trabalho braçal, causou a não inserção desses indivíduos nas instituições, assim os colocaram à margem da sociedade.

Uma das consequências da escravidão no Brasil é a pirâmide social representada através das classes sociais em que no Brasil os brancos estão no topo, por causa da marginalização e exclusão dos negros ao decorrer dos séculos na sociedade brasileira. Para explicar tal trajetória Souza (2017) argumenta que classe social, portanto, é o conjunto de capital econômico, social e cultural (SOUZA, 2017). Nesse sentido, quem possuía os três capitais estava acima da pirâmide social, lugar que até a chegada da corte portuguesa ao Brasil era dos senhores de escravos e terras, o que muda a partir de 1808 com a urbanização e os valores europeus, anti-ibéricos.

> Tal processo realizou-se como uma grande revolução de cima para baixo, envolvendo todos os estratos sociais, mudando a posição e o prestígio relativo de cada um desses grupos e acrescentando novos elementos de diferenciação. São esses novos valores burgueses e individualistas que irão se tornar o núcleo da ideia de modernidade e de europeidade enquanto princípio ideologicamente hegemônico da sociedade brasileira a partir de então. No estilo de vida, e aí Gilberto Freyre chama atenção para a influência decisiva dos interesses comerciais e industriais do imperialismo inglês, mudaram-se hábitos, a arquitetura das casas, o jeito de vestir, as cores da moda, algumas vezes com o exagero do uso de tecidos grossos e impróprios ao clima tropical. Bebia-se agora cerveja e comia-se pão como um inglês, e tudo que era português ou oriental transformou-se em sinal de mau gosto. O caráter absoluto dessas novas distinções tornou o brasileiro de então presa fácil da esperteza, especialmente francesa no relato de Freyre, de vender gato por lebre (SOUZA, p. 63).

Com isso, há uma alteração na pirâmide social no Brasil, ou seja, os senhores donos de terra e escravos que estavam no topo, sentem-se prejudicados com o "progresso" capitalista, pois não entendiam a lógica industrial. No entanto, os mesmos por ter um capital social, econômico e político, se perpetuam como classe dominante em relação aos escravos, negros e mestiços, ficando subordinados somente ao Estado, que era representado pelo Imperador.

Com a vinda da corte portuguesa ao Brasil, a situação dos escravos piorou drasticamente, pois agora, os negros viam seus fenótipos marginalizados em relação aos europeus, e também por serem escravizados por séculos, viam-se sem condições de competir com o "mercado de trabalho" predominados por imigrantes. Para o negro ascender na sociedade deveria se apropriar dos valores burgueses e europeus, ou seja, para haver mobilidade social no Brasil ao negro, o mesmo deveria deixar de ser negro (SOUZA, 2017).

O contraponto de nossa crítica pode ser o argumento de que há no Brasil uma classe média de mestiços e brancos. Antes de generalizar precisamos saber de que maneira isso se deu. Uma das explicações já apontamos aqui, que era a necessidade de ter mão de obra, o que Portugal não tinha, por ser um país pequeno, nesse sentido, se faz necessário que os portugueses façam filhos com escravas. A outra explicação também abordada aqui é a ascensão dos negros e mestiços na sociedade brasileira, tendo em vista que estes deveriam se apropriar dos valores burgueses, ou seja, brancos, e afastar-se de seus valores afros.

> E é também esse novo contexto valorativo que pode nos explicar a nova posição do mestiço nele. Foi nas necessidades abertas por um mercado incipiente, em funções manuais e mecânicas rejeitadas pelos brancos, assim como pelas necessidades de um aparelho estatal em desenvolvimento, que mestiços puderam afirmar seu lugar social. Nesse último caso, por se tratar de colocações de alta competitividade, disputando posições com os brancos, é que Freyre fala da "cordialidade" e do sorriso fácil, típico do mulato em ascensão, como a compensar o dado negativo da cor. Essa compensação, ao mesmo tempo que reafirma o racismo, mostra que o empecilho não era absoluto e sim relativo, superável pelo talento individual, ou seja, mostra que havia espaço para formas de reconhecimento social baseadas no desempenho diferencial e não apenas em categorias adscritivas de cor (SOUZA, p. 69-70).

Ao fazer isso, a classe dominante, não só segrega a sociedade, mas também os negros e seus descendentes, pois, ao inserir mulatos no "mercado de trabalho" com valores burgueses, se está marginalizando todos aqueles que não foram inseridos na sociedade por serem negros ou terem seus fenótipos marginalizados, fazendo com que seus descendentes, contaminados pelos valores burgueses os marginalizem também (SOUZA; 2017). O que se faz presente nos dias atuais.

Diante dos argumentos dos autores e autoras apresentados acima, percebe-se que na rede básica de ensino a escravidão não foi tratada da maneira que deveria ter sido tratada e sim de uma maneira lúdica, o que corrobora para que negros continuem a margem da sociedade brasileira. O que justifica a existência do PET – História da África e suas ações.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

O *status quo* brasileiro em relação à temática étnica racial é extremamente preocupante no Brasil, reflexo de como o mesmo foi construído, escravidão, coronelismo, oligarquias, ditaduras, governos neoliberais que visavam somente os interesses individuais e não o de um coletivo. Isso acarretou com um descaso social que se perpetuou por quase 500 anos.

Nesse sentido, os governantes federais que estavam no poder no ano de 2003, criaram a Lei 10.639/03 que visa à implementação dos estudos étnicos raciais nas escolas, mesma gestão que criou as cotas para negros nas Universidades públicas. Podemos dizer então que a partir deste momento começa uma justiça social com os descendentes de negros que foram escravizados e que têm suas vidas prejudicadas por esse histórico.

A criação da lei 10.639/03 é uma política pública, mas por que ela é uma política pública? Secchi (2010) define a política pública como uma "diretriz elaborada para enfrentar um problema público" (SECCHI, 2010).

Antes de tudo a lei 10.639/03 é uma política governamental que vem a ser uma política pública, ou seja, é uma política governamental no sentido de que foi uma iniciativa do governo atual da época. Para Leonardo Secchi (2010), tais políticas não precisam ser implementadas somente pelo Estado, às diferenciando assim em *abordagem estatista* (que defendem que somente o Estado implementa uma política pública) e *abordagem multicêntrica* (esse grupo defende que organizações privadas também implementam políticas públicas), não cabe ao artigo aqui entrar nessa discussão.

Seguindo a linha de raciocínio do autor podemos ver que as políticas públicas se dão através de macro diretrizes estratégicas, ele cita como exemplo uma política educacional, política que visa uma justiça social através da educação que veio a corroborar com a criação da lei 10.639/03.

Secchi (2010) explica que uma política pública compõe outra política pública que se deriva em outra, podemos dizer que: a política educacional da gestão federal do ano de 2003 gerou uma lei que visa à implementação da temática étnica racial nas escolas, essa lei embasa

o PET – História da África, ou seja, a política educacional é uma política pública, assim como a lei e o Programa de Educação Tutorial.[4]

PET – HISTÓRIA DA ÁFRICA DA UNIPAMPA: ações formativas, pesquisa e extensão

Já vimos até aqui o panorama histórico do Brasil através da escravidão, o porquê de o PET – História da África ser uma Política Pública, novas perspectivas de ensino onde justifica-se o Programa tendo em vista sua temática, sobretudo, por sua característica de ensino e extensão. Nesse sentido, podemos dizer que temos aqui um substrato para discutirmos a práxis do mesmo.

O PET – História da África busca uma melhora na sociedade através de uma intervenção cultural, educacional e política. A tardia abolição aos escravos, e o descaso do Estado com estas pessoas após a abolição que até então eram tratadas como objetos, têm reflexos na sociedade até os dias de hoje, caracterizado pelo racismo por parte da população, mas que também é estrutural, refletindo assim nas instituições.

Tal Programa visa o estudo das temáticas da história e cultura africana e afro-brasileira através do envolvimento de estudantes de graduação das mais diversas áreas de conhecimento. Em seu plano trabalho de 2017, inserido no portal sigpet o PET -História da África apresenta como objetivo central o dialogo e troca de conhecimentos com as escolas do município e interior de São Borja e Jaguarão.

O mesmo teve como início o estudo da Lei nº 10.639/03, no qual analisou como que esta estava sendo implementada nas escolas, este estudo foi feito em âmbito municipal, regional e federal, através de questionários para o âmbito municipal e análise de obras e artigos já existentes para âmbito regional e federal. Esta lei corrobora com o PET – História da África, tendo em vista as respectivas temáticas.

Na área da extensão o programa foi representado pelo projeto “A História da África no Currículo escolar”, projeto no qual foi realizado dez encontros, com os professores do município e do interior. Este curso teve como referencial teórico a coletânea da UNESCO –

[4] Conforme diversas literaturas sobre as políticas educacionais nos últimos anos percebe-se novas temáticas de discussão, estas que vem sendo consideradas como Políticas Educacionais emergentes. Entre estas cita-se: estudos de raça, gênero e etnia, onde observa-se na sociologia da educação a necessidade de novas epistemologias, dicotomia entre modernismo e pós-modernismo, valorização da diversidade de realidades vividas. (ver: TORRES, Carlos; MITCHELL, Teodore, 2011.)

História da África. O presente projeto visou a capacitação dos professores nesta temática, tendo em vista que a historiografia da África é muito recente.

O Pet História da África da Unipampa, iniciou suas atividades no campus de São Borja, em novembro de 2016. Nestes últimos meses foram realizadas diversas ações do Programa, tanto internas entre os coordenadores e bolsistas, como com a comunidade externa da Unipampa apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 1: Ações desenvolvidas pelo Grupo PET História da África em São Borja-RS no ano de 2017

Ações	Temática	Parceria
Criação de ações comunicacionais e produtos educomunicacionais do PET	Marca, criação de Fan Page e blog, flayers das ações	Agências de publicidade, Empresa Júnior e Tv web do campus de São Borja da Unipampa
Revisão de literaturas e legislações sobre as temáticas étnico-raciais	Revisão bibliográfica	Grupo Pet
Curso de Formação para os Professores Municipais – Semana Nacional dos Museus	Respeito as questões étnico-raciais	Secretarias Municipais da Educação e cultura de São Borja e Museu Apparício Silva Rillo
Curso de Formação sobre História da Àfrica para professores da rede pública	História da Àfrica	Escolas da rede Pública de São Borja
Formação interna e Mini-cursos com o Grupo Pet com acadêmico Africano PEC-G	História e cultura de Benin	Aluno PEC-G
Oficina de cartografia africana para alunos da rede básica	Geografia da Àfrica	Escola Técnica Estadual
Parceria na criação do NEABI da Unipampa, São Borja	Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena da Unipampa	Unipampa, Campus de São Borja
Nucleação de grupos PET's nas escolas públicas da cidade	Institucionalização do PET	Escolas Estaduais (Apparício Silva Rillo; Cesb, Arneldo Matter e Olavo Bilac) Escola Municipal (Ubaldo Sorrilha da Costa).
Socialização de materiais, documentos e literaturas sobre as questões étnico-raciais	Fan Page Pet História da Àfrica e materiais didáticos pedagógicos	Bolsistas do Programa
Produções científicas do Grupo Pet	Eventos nacionais e internacionais: Cointer – Congresso interdisciplinar de Ciências Humanas da Unipampa e Emicult (Encontro Missioneiro Interdisciplinares em Cultura)	Bolsistas do Programa
Dialogo e planejamento de ações com bolsistas do Campus de Jaguarão	Planejamento e execução de ações	Campus de Jaguarão

Figura 1: Mosaico das ações do Pet História da África em São Borja













Conforme se observa no quadro e nas imagens acima o grupo Pet História da África da Unipampa, desenvolveu no ano de 2017 diversas ações no município de São Borja. Estas ações estão relacionadas com variadas temáticas e articuladas com instituições educacionais, culturais, secretarias municipais, com professores e alunos da rede básica de ensino.

Entre as ações realizadas destaca-se três frentes de trabalho: **as ações comunicacionais** (Tutorial); **Ações formativas e produção de conhecimento** (internas e externas) e **articulações com outras instituições** (escolas, campus de Jaguarão e Neabi's).

As desigualdades étnicas e sociais são reproduzidas cotidianamente no imaginário social que desconhece ou desvaloriza a presença da população negra na história do Brasil e na cultura brasileira. Todavia, decorridos 15 anos de implementação da lei, o corpo docente da educação básica ainda carece de subsídios que instrumentalizem suas práticas pedagógicas e a discussão sobre o currículo. Essa situação é agravada conforme a distância dos grandes centros, dado a carência de cursos de especialização. Nesse sentido, a realização de cursos na modalidade presencial favorece em escala local a instrumentalização dos atores da educação básica e, de forma indissociável, a formação de acadêmicos em Licenciatura em Ciências Humanas, mediante o envolvimento na execução, planejamento e grupos de estudos da temática referente à lei 10.639/03.

A Unipampa, como instituição de ensino público tem a vocação e a capacitação humana para atender a formação continuada de docentes locais na adequação à legislação e a uma educação antirracista. É salutar o desenvolvimento de cursos e ambientes de discussão referentes à promoção de uma educação antirracista nas práticas escolares, na reflexão do currículo escolar na esfera local. O curso favorece a formação de acadêmicos no envolvimento reflexivo de uma educação antirracista e a formação continuada de docentes do município de São Borja.

O presente curso visou os seguintes resultados: a qualificação de docentes do ensino básico para o atendimento à lei 10.639, de 2003; contribuir para o desenvolvimento de reflexões e ações no currículo da educação básica em São Borja; aproximação, diálogo e trocas entre a educação básica e o ensino superior no município de São Borja; envolvimento de acadêmicos da Unipampa no desenvolvimento e reflexão das práticas pedagógicas e currículo; oportunizar mecanismos de permanência e desenvolvimento docente de acadêmicos do curso de Licenciatura em Ciências Humanas.

Diante disso, podemos dizer que esta atividade foi realizada com sucesso, foi disponibilizado um curso de formação continuada para professores da rede pública da cidade de São Borja, nestes encontros desenvolvemos a temática da História da África, embasada na Coleção História Geral da África - UNESCO. Sendo dividida a leitura das Obras em 10 aulas, alcançando assim todos seus resultados esperados.

Quadro 2: Ações desenvolvidas pelo Grupo PET História da África em São Borja-RS no ano de 2018.

Ações	Temática	Parceria
Curso para docentes sobre o ensino da história da África.	Importância da lei 10.639 na rede de ensino básico.	35ª Coordenadoria Regional de Educação
Criação de um minidocumentário, explanando a riqueza em materiais históricos no acervo municipal.	Realidade do acervo histórico de São Borja.	Acervo da estação férrea de São Borja.
Palestra especial na semana farroupilha.	A participação dos negros na revolução farroupilha – os lanceiros negros.	CESB – Colégio Estadual de São Borja
Produções científicas do Grupo Pet.	Apresentação de trabalhos no 10° SIEPE (Salão de Ensino Pesquisa e Extensão)	Bolsistas do programa
Programa "negritude presente" na rádio comunitária.	Debates sociais e conteúdo musical.	Rádio comunitária Butuí de São Borja
I Jornada da consciência negra na cidade de São Borja.	A significação do dia da consciência negra.	IFF- Instituto Federal Farroupilha de São Borja. CRAS do Paraboi Unipampa campus São Borja. Escolas municipais.
Oficina de cultura africana e dos significados dos símbolos.	II mostra cultural e científica.	Escola municipal Vicente Goulart.

O PET – História da África realizou nos dias 23 e 24 de fevereiro do ano de 2018 um curso para os docentes e equipes diretivas das escolas vinculadas a 35ª Coordenadoria Regional da Educação do RS, que abarcou os municípios de São Borja e Santiago. Nesse sentido, o mesmo justifica-se por propor a reflexão sobre as novas políticas educacionais emergentes, como as questões étnico-raciais, e suas aplicabilidades e metodologias de ensino-aprendizagem em sala de aula.

O presente projeto teve como objetivo realizar uma ampla discussão sobre as políticas educacionais étnico-raciais (indígenas e negritudes); disponibilizar metodologias de ensino para aplicabilidade em sala de aula; aproximar o PET História da África e a Unipampa,

Campus de São Borja das comunidades escolares da região; criar redes colaborativas entre o PET e os docentes da rede estadual; realizar um dialogo entre as humanidades negras e indígenas regionais com as novas perspectivas da nova Base Comum Curricular Nacional.

Para os alunos da rede básica de ensino, o PET trabalha a fim de levar o conhecimento e o pertencimento da história da África e dos negros no Brasil, exemplo disso foi a palestra especial da semana farroupilha no Colégio Estadual de São Borja - CESB, cujo levantamos a participação pouco falada dos negros na revolução, além de debatermos questões sociais e étnico-racial de uma maneira mais abrangente para as faixas etária trabalhadas, fazendo com que os negros presentes na palestra se sentissem representados e pertencentes a sociedade. Com isso ressaltamos a importância do Programa no que tange a valorização e inserção do negro no meio social, uma vez que antes, esses não eram e não se sentiam inseridos na sociedade, herança de um passado colonial, que, através do programa tentamos amenizar.

Como foi exposto até aqui, o PET – História da África vem desenvolvendo diversas ações e atividades voltadas a temática étnica racial na sociedade de São Borja, vale ressaltar que além das atividades descritas anteriormente outras foram realizadas no ano de 2017 e 2018, no entanto, achou-se necessário não descrevê-las na sua totalidade, tendo em vista que o sentido do presente trabalho é apresentar o Programa, porém, sobretudo, justificar a importância do mesmo à sociedade como um todo.

Nesse sentido, podemos dizer que o presente trabalho se justifica por ser uma política pública educacional, federal que visa dar suporte as leis que tornam obrigatório o ensino das questões étnico-raciais na rede básica e superior de ensino. Neste sentido o PET – História da África é um programa que vislumbra trazer para ao debate a necessidade urgente do reconhecimento e melhor compreensão da importância do continente africano e das negritudes nacionais para a formação da identidade nacional brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto o PET – História da África em São Borja vem realizando ações de pesquisa (revisão de legislação e aplicação de questionários nas escolas) e extensão (Oficinas e diálogos com as comunidades e instituições negras da cidade e com outras minorias étnicas e escolas da cidade) e ações de ensino (cursos de formação e socialização com docentes e

discentes da rede básica de ensino de São Borja). Espera-se assim que tais ações desenvolvidas pelo Programa contribuam ao detrimento das desigualdades sociais, refletidas pelo racismo.

Através deste, viemos comprovar que o PET – História da África é uma política pública, e que prevê a partir disto uma conscientização e a posteriori diminuição da desigualdade social, tendo em vista o plano do Programa e maior difusão do conhecimento sobre a historiografia e cultura da África, assim como sobre a cultura e dinâmicas sociais afro-brasileira.

Diante disso, enfatizamos a importância do Programa no município e interior de São Borja, tendo em vista que esta temática étnica racial é pouca abordada nas escolas e quando abordada, na maioria das vezes é de maneira pejorativa, prejudicando a identidade do afrodescendente em relação a sua origem e sua cultura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília.

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. **A história da escravidão**. Boitempo, 2009.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, v. 133, 2010.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TORRES, Carlos Alberto. **Teoria crítica e sociologia Política da Educação**. In: TORRES, Carlos; MITCHELL, Theodore. **Perspectivas Emergentes e Novos pontos de partida**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2011.

UNIPAMPA. Plano Trabalho do Pet História da África. São Borja: 2017.